

MARLIÈRE

ARGUMENTO CINEMATOGRAFICO DE GERALDO SANTOS PEREIRA

1. No dia 1º de setembro de 1792 o Capitão de Artilharia Napoleão Buonaparte, servindo no Regimento Condé, em Paris, escreveu carta aos Administradores da Municipalidade de Versalhes, solicitando, na qualidade de irmão e tutor de sua irmã Marianne Buonaparte, a execução da Lei de 7 de agosto e, mais particularmente, o artigo adicional decretado dia 16 do mesmo mês, suprimindo a casa de São Louis e solicitando a recondução de sua irmã à casa de sua família, em Ajácio, acrescentando que ocupações muito urgentes de serviço público o obrigam a partir de Paris sem demora, e solicitando seja ordenado que sua irmã possa gozar o benefício da lei do dia 16 e que o tesoureiro do distrito seja autorizado a lhe descontar vinte libras por lugar até à municipalidade de Ajácio, na Córsega, local do domicílio de Marianne e sua mãe.

Terminada a redação da carta, o Capitão Buonaparte chama à sua presença o soldado Guy Thomaz Marlière, também do Regimento Condé, militar de sua confiança pessoal, encarregando-o de levar pessoalmente a carta a Versalhes e depois à sua irmã.

Marlière apanhou a carta, que guardou num alforje, bateu continência se afastou, iniciando viagem no mesmo dia. Só que não a entregou aos “Senhores Administradores de Versalhes” e, sim, diretamente, a Marianne Bonaparte.

2. Diante de Marlière que, respeitoso, esperava de pé, Marianne leu atentamente a carta e, sem nada dizer, respondeu ao irmão na parte inferior do documento, “registrando a impossibilidade de deixar a casa de Saint Cyr”, em Ajácio. Releu lentamente a carta e a assinou. Levantou-se, em seguida, e, entregando-a a Marlière, ordenou:

- Devolva a meu irmão.

3. Marlière não regressou a Paris e nem devolveu a carta a Napoleão: desertou do exército francês, seguiu viagem para Portugal, guardando, entre seus pertences, a carta com a resposta de Marianne.

O historiador Oiliam José informa no livro “Marlière, o Civilizador” que o militar foi efetivamente o portador da carta e, “antes de devolvê-la informada a Bonaparte, abandonou a França para servir, como era comum na época, ao Exército Português do tempo da Rainha D. Maria I.”

4. Chegando a Portugal Marlière teve boa acolhida, pois em 21 de junho de 1802, ingressava como Porta-Estandarte nos Exércitos de Portugal e, em 20

de outubro de 1807, foi promovido ao posto de Alferes, correspondendo ao atual posto de Segundo Tenente do Exército brasileiro.

Em Lisboa o jovem Alferes relacionou-se com uma família de origem francesa e, certa noite, em reunião com amigos e colegas, conheceu Maria Victória da Conceição Rosier, natural da Ilha Terceira e irmã de militares também de origem francesa, servindo a Portugal, “onde encontrava afetuosa acolhida e podia usar sem constrangimento sua querida língua francesa”

Marlière e Maria Victória iniciaram um namoro que, em pouco tempo, levou-os ao casamento. “Desde então – escreve Oiliam José – Maria Victória começou a ser para Marlière o grande sustentáculo humano de sua existência”.

Enquanto isto, Guido Thomaz, como passou a ser conhecido, aportuguesando o Guy francês, progrediu rapidamente na carreira militar, como informa outro notável biógrafo do francês, Afrânio de Mello Franco, autor de “Guido Thomaz Marlière, o Apóstolo das Selvas Mineiras”: em 1802 foi Porta-Estandarte; Alferes, por decreto de 20 de outubro de 1807; Tenente e Capitão por Decreto de 16 de agosto de 1810, e Major, por Decreto de D. João VI de 30 de maio de 1821”.

Afrânio de Mello Franco acrescenta no livro citado: “Naquele pequeno canto da Europa, começou a ruína do incomparável vencedor de Marengo e Austerlitz”.

5. Os anos felizes de Marlière em Portugal transformaram-se em angustiada expectativa quando Napoleão, após triunfais vitórias na Europa e África, tomou o lugar da dinastia Bourbon e, após vencer a fase do Consulado, assumiu o poder, inaugurou o Império e chegou, como escreveu Sloane, à fase do “delírio militar.”

Diante da fantástica ofensiva de Bonaparte em toda a Europa, o governo português, aliado tradicional dos ingleses, que o Imperador detestava, alcançou o auge da angústia. Submetida a Espanha, Napoleão intimou Lisboa a declarar guerra aos ingleses, no prazo de vinte dias, fechando os portos do reino e das colônias ao comércio inglês.

“A Regência de D. João adotou desde o começo – escreveu Osório Duque-Estrada – uma política reacionária e francamente hostil à Revolução Francesa, aliando-se com a Inglaterra e a Espanha e fornecendo alguns navios de reforço à esquadra do almirante Nelson”.

Não restou a D. João outra alternativa senão deixar Portugal e fazer a transferência da côrte para o Brasil, sugestão apoiada fortemente pelos ingleses.

“Torturava-lhe a alma aquela idéia de fugir da pátria, abandonando tudo à impiedade de estrangeiros. A essa irreduzível repugnância de D. João, pelo proposto alvitre, tem de atribuir-se o caráter de precipitação que teve a retirada, quando é certo que a transferência da côrte para o Brasil era a única medida de salvação, a única mesmo capaz de robustecer a monarquia

periclitante e renovar o espírito de nacionalidade. E no meio de tudo isso, o terror da invasão francesa! “A todo instante viam-se os inimigos nas fronteiras”- completa Rocha Pombo. Em sua “História do Brasil”.

7. Promovido a Alferes e residindo em Portugal, Marlière temia naturalmente o que iria acontecer-lhe com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. E, na intimidade do lar que formara com Maria Victória, confessava, em pânico, que a pecha de desertor iria custar-lhe a vida. A aflição do casal, como se imagina, crescia dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, enquanto, em Lisboa, a situação da côrte chegava ao desespero, como Rocha Pombo descreve de forma extraordinária em sua obra citada:

8. “No dia 23 (novembro de 1807) recebeu-se a notícia de que, com efeito, os franceses, comandados por Junot, haviam transposto a fronteira; e de que também os seus aliados de Espanha, por vários pontos, tinham entrado no país. No dia seguinte expediram-se ordens para o embarque imediato das pessoas da côrte, e de todos que quisessem acompanhar a Família Real. Fixou-se a partida para o dia 28, devendo o embarque ser feito até à véspera, pois calculava-se que o inimigo só poderia entrar em Lisboa depois de 29.

“Transferiu-se o Príncipe-Regente do palácio de Maфра para o da Ajuda e cuidou-se de arranjar tudo que dentro de três dias tinha de ir para bordo.

“No dia 25 publicou o príncipe um manifesto ao povo português dando as razões que o forçavam a transferir provisoriamente para o Brasil a sede da monarquia, e procurando confortar a alma da velha pátria, com a esperança de que em breve estaria de volta. Aconselhava coragem, e ao mesmo tempo muita prudência com o inimigo, “de modo a não tornar mais funesta ainda aquela calamidade”.

“Ao espalhar-se em Lisboa a notícia de que a Família Real ia mesmo partir para o Brasil, caiu a cidade em consternação. “Grupos numerosos (desde o dia 25) apinhavam-se nas praças e ruas. Uns pediam misericórdia; outros vociferavam em desespero. Gritos e lágrimas partiam de toda parte. Muitos, não vendo mais pátria, nem rei, nem amigos, procuravam incitar a multidão a armar-se e defender-se e expelir do solo pátria os franceses a ferro e fogo. Noite e dia os mesmos lances, o mesmo espetáculo de vergonha e desolação”. Chegava a todo instante das províncias cópia inumerável de foragidos, que apavorados pensavam em ficar livres dos inimigos, refugiando-se em Lisboa. Não havia mais governo, nem polícia. Era como se, de um momento para outro, se tivesse destravado e abatido todo o edifício social”.

“Chegou o momento em que não era mais possível prorrogar a partida, pois soubera-se no dia 26 em Lisboa que Junot pernoitara a 25 em Abrantes, a 22 léguas apenas da cidade.

“O embarque teve de efetuar-se no dia 27. Houve, então, um desvario geral em Lisboa. O povo em alvoroços, agrupado pelas praias e cais, que se

estendem Tejo abaixo até Belém, assistia ao embarque de bagagem – caixas, fardos, volumes imensos – levando a fortuna da terra, objetos de valor, obras de arte, raridades, relíquias históricas.

“Grande número de fidalgos e pessoas importantes pela posição e pela fortuna, seguiam o destino daqueles bens e riquezas. Soldados, marinheiros, oficiais de terra, tomavam o mesmo rumo”, inclusive Marlière e Maria Victória alojados numa das caravelas, livrando-se do trágico destino que a invasão francesa certamente lhes traria.

“O Príncipe-Regente e o infante de Espanha, D. Pedro Carlos (primo de D. Carlota Joaquina),- prossegue Rocha Pombo - chegaram num côche, ao cais de Belém sem acompanhamento de um só criado ou guarda; nem mesmo encontraram pessoa alguma que os recebesse oficialmente, pela confusão com que tudo se efetuara. Tiveram apenas como saudação os gritos do povo que ali estava consternado.

“O cais achava-se em lastimável estado, devido às chuvas dos dias anteriores; e os príncipes o atravessaram carregados por dois cabos de polícia que por acaso ali apareceram. Confundia-se neste momento o pranto do Regente com o do seu povo. Apertava em convulsões a mão de quantos dele se aproximavam. Dizia adeus a todo o mundo com a voz comovida e entrecortada de suspiros.

“Ao seguir a galeota para bordo da nau *Príncipe Real*, não se descrevem as cenas tocantes que se deram, tanto em terra, entre os que ficavam, como a bordo da galeota e da nau. Já havia embarcado o Regente, quando chegou ao mesmo cais D. Carlota Joaquina com os filhos; e dali, com o seu séquito, foram em demanda da nau *Rainha de Portugal*. O Príncipe D. Pedro de Alcântara demorou-se com seu aio no meio da multidão, à espera da Rainha, sua avó.

“Cenas pungentes dão-se no instante em que D. Maria I chega ao cais, acompanhada de suas damas. Começou a rainha a gritar como louca, em grande acesso do seu mal, não querendo embarcar. Considerava-se como arrastada ao suplício, num horror de quem vai para o patíbulo. Parecia a todos que através da alucinação, de que padecia, raiava a luz que se não tinha apagado no seu coração, e que a incitava a não despegar-se da pátria, preferindo sujeitar-se à sorte dos seus súditos... Com muito custo, conseguiram as damas levá-la até a galeota que a transportou para a nau *Príncipe Regente*. Outras princesas, com D. Maria Francisca, viúva do Príncipe do Brasil, tomaram a nau *Princesa do Brasil*.

“Cerca de quinze mil pessoas, “das primeiras famílias do reino, das mais abastadas e das de mais valimento, deixavam, naquele dia ominoso, terras de Portugal, fugindo aos horrores de que a invasão francesa as ameaçava, e procurando abrigo seguro nas plagas longínquas da América”.

“Poderia a esquadra ter partido mesmo no dia 27 à tarde, pois a ansiedade de sair era grande sob o pavor que as notícias da invasão

espalhavam. Os fortes ventos contrários, porém, não permitiram isso nem na manhã de 28, como se pretendeu.

‘Os horrores que se passaram a bordo, sob a iminência de se ver a cada instante chegar o inimigo, a tempo de impedir a saída, não se descreve. Mais de quarenta horas de angústia padeceram ali no porto os exilados, até que na manhã de 29 puderam os navios levantar âncoras e descer vagarosamente o Tejo.

“No dia 30, às nove da manhã, entrava Junot em Lisboa, para só avistar, a sumirem-se no oceano, as últimas velas da frota”.


Enquanto Junot ocupava militarmente Portugal, “navegava a frota conduzindo para a América a Família Real, com o que havia de mais valioso naquela côrte desmantelada. Imagina-se como andaria agora aquela gente, perdida na imensidão do oceano. Dá-se principalmente D. João como de alma em luto, comovido até o pranto ao afastar-se da pátria, sabendo que deixava o “seu povo entregue à tirania de estrangeiros, o seu reino sob as plantas de inimigos inclementes, as fortalezas do Tejo cobertas com a bandeira imperial, os bens e os direitos dos seus súditos à mercê dos invasores, e o escarmento e a ruína e a devastação em toda aquela terra que o seu coração abandonava”.

9. Sabe-se, pelo relato dos compêndios de História, que a frota portuguesa se dispersou e, no dia 22 de janeiro de 1808 a nau *Príncipe Real* fundeou na Baía de Todos os Santos, em Salvador, demorando-se o Príncipe-Regente na Bahia cerca de um mês, “e desde ali começou a tomar certas medidas e providências com que fizesse sentir como a transladação da côrte para o Brasil ia abrir nova era na vida da colônia. Entre essas medidas, a de mais importância foi a abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas (carta de 28 de janeiro de 1808)”.

10. “No dia 26 de fevereiro zarpava a frota para o sul, com destino ao Rio de Janeiro. No dia 7 de março fundeava em nossa baía, perto da ilha das Cobras. No dia seguinte, pela tarde, efetuava-se o desembarque. A cidade, engalanada, e como em convulsões, parecia uma só alma em delírio. As festas duraram nove dias, e todas as noites a iluminação da cidade teve o mesmo brilhantismo, e a alegria geral as mesmas expansões.

11. Acabadas as festas, cuidou-se de instalar a alta administração, cujo aparelho se julgava desfeito desde que a côrte saíra de Lisboa.

12. “Passando ao Brasil – informa Afrânio do Mello Franco – Marlière ocupou o posto de Alferes do 1º Regimento de Cavalaria do Exército, quando, pela carta régia de 9 de novembro de 1810, foi nomeado Tenente Agregado ao Regimento de Cavalaria de Linha da Capitania de Minas Gerais, com a



graduação de Capitão”. Do Rio, foi, em vista disso, transferido para Vila Rica.

13. “Nascido em meados do ano de 1768, como se deduz do assentamento militar feito por ele mesmo, a sua primeira notícia ao serviço de Portugal é a que o dá como Porta-Estandarte, a 21 de junho de 1802”.

“Onde passou a sua mocidade? Não se sabe – continua Afrânio de Mello Franco. - O que ele próprio disse, em notas conservadas em seu arquivo, foi que a sua mocidade foi tormentosa, principiada no tumulto dos combates e das revoluções, não lhe tendo dado “tempo para freqüentar liceus”. É quase certo, pois, que tomou parte nos acontecimentos da Revolução Francesa, mas o seu silêncio em torno desse assunto nunca traído nos numerosos documentos que dele nos ficaram, indica que houve sempre de sua parte o propósito deliberado de guardar em segredo os fatos daquela fase de sua vida.

Auguste de Saint-Hilaire diz que o regimento de cavalaria de linha, mantido pela província de Minas se compunha de seiscentos homens, incluídos os oficiais. Marlière era um deles.

Quando chegou a Vila Rica “era viva em todos as lembranças das trágicas conseqüências da Conjuração Mineira. “A cidade – explica Oiliam José – vivia ainda mergulhada na atmosfera das delações, das alçadas e dos calabouços. Ao lado de tantos fatores adversos à normalidade da vida em Vila Rica, veio juntar-se o ódio ao nome francês, desde que Napoleão Bonaparte ordenou a marcha de Junot sobre a metrópole lusa”.

“Marlière foi apanhado pelos laços de graves denúncias. Acusavam-no de ser emissário e espião de Bonaparte, de possuir papéis misteriosos e comprometedores, de proferir palavras indignas em matéria de religião”. Foi então preso e incomunicável.

“A ação contra Marlière teve início nas denúncias encaminhadas ao Príncipe-Regente, D. João” que, pelo que se sabe, o estimava muito. Não fosse a amizade que o distinguia o maneiroso D. João, teria sido, nessa ocasião, degradado como militar e expulso como agente de potência inimiga de Portugal e do Brasil. D. João determinou, no entanto, que as autoridades mineiras o observassem em todas suas ações”. Posteriormente, foi conduzido ao Rio e interrogado, ora por oficiais do Regimento, ora pelo próprio Desembargador-Ouvidor”.

Sua inocência foi então provada e “os papéis escritos na língua portuguesa e francesa nada provaram contra si, sendo restituído ao exercício de seu posto, dirigindo uma carta ao Desembargador-Ouvidor Lucas Antônio Monteiro de Barros, na qual termina com o seguinte “post-scriptum”:

“Queira V. Excia. fazer uma proposta, que talvez seja agradável, e socegue (sic) os meus Inimigos, que louvo, se obrarem para bem do Estado, e que perdô-o se o fazem (o que não creio) por malícia. Mande-me sem forma

alguma de Processo para um Deserto da Capitania (Deserto da Capitania significa, no caso, lugar afastado da civilização), que S.A.R. me deixe por esmola o meu pequeno soldo, afim de que eu possa com as minhas mãos cultivar a terra e sustentar a minha deplorável mulher e família; acabar-se-hão as suspeitas, e eu gostoso me afastarei da sociedade, que sempre olha para mim com dous exércitos nas algibeiras, que nem dous vintens às vezes têm”.

“Esses anseios de Marlière – continua Oíliam José – não tardaram a realizar-se plenamente, não mais como castigo mas sim como satisfação aos pedidos daquele contra cuja fidelidade ao Príncipe-Regente nada se apurou e em cuja alma existia comiseração para com os filhos das selvas que, disseminados pelas florestas mineiras, pediam o auxílio de missionários e de civilizadores zelosos para saírem da miséria material, moral e religiosa em que viviam, juntamente com todos os seus irmãos de raça, espalhados pelo vasto interior brasileiro”.

14. A primeira missão de Marlière junto aos índios que ocupavam a extensa região da Zona da Mata, missão que iria inaugurar a fase mais gloriosa, fecunda e dramática de sua vida, foi a viagem a São João Batista do Presídio, hoje Visconde do Rio Branco, “paróquia recém-criada, coberta de densas matas, abrangendo um território vastíssimo e povoado de buscadores de poaia e de várias tribos de croatos, cropós (corruptelas aportuguesada de coroados e coropós).

“Trazia então Marlière a missão especial de averiguar a verdade sobre os acontecimentos que haviam ocorrido, no Presídio, entre portugueses e indígenas. A missão era delicada, pois envolvia atos de usurpação de terras e abusos correlatos e os ânimos andavam exaltados de parte a parte. Além disso, taxativas eram as ordens do Conde de Palma, Governador da Capitania.

“Prontamente o enviado especial se dirigiu ao Presídio e ali, com felicidade se houve na delicada missão de que fora incumbido, a ponto de o próprio Conde Palma elogiá-lo, em junho de 1813, com as seguintes expressões: ...” e tendo executado ali com acerto as minhas Ordens, sobre diferentes objectos relativos aos ditos Índios”.

“Foi o bastante para que o Capitão-General da Capitania o nomeasse, por ato de 19 de junho de 1813, “Diretor dos Índios da Freguesia de São Manoel da Pomba, de São João Baptista e Aldeias anexas”.

15. “Marlière ingressava desta forma no meio que ele tanto ambicionara – informa o historiador. – lam, portanto, ter início seus trabalhos permanentes em favor dos indígenas em cuja companhia desejava residir pois “quem quer bem aos Índios vive com eles”. E Marlière se lançou resolutivo ao cumprimento da missão que ele mesmo tinha como altíssima para a época e para o futuro da Província”.

“Os primeiros atos seus lhe revelam e caracterizam os propósitos: propõe e obtém que o idoso e doente Cap. Francisco Pires Farinho, Diretor dos Índios Croatos, seja substituído por José Ferreira da Silva; apazigua indígenas e brancos em São Manoel da Pomba; consegue licença para utilizar-se da cooperação dos militares do mesmo São Manoel da Pomba e de São João Batista do Presídio; arranca a promessa da criação de escolas de primeiras letras nessas Paróquias e de estabelecimento de um hospício (sinônimo de hospedaria, abrigo) nas mesmas; investiga a veracidade ou não da notícia trazida por um indígena sobre ocorrência de ouro “nas vizinhanças desse Presídio de São João Batista”.

“Até 1816 pelo menos, Marlière residiu no Presídio, que lhe servia de centro para os trabalhos de conquista e pacificação do indígena. Nesse mesmo ano de 1816, em 24 de julho, uma Carta Patente do Príncipe-Regente o promovia ao posto de Capitão da 4ª Companhia do Regimento a que pertencia”.

16. Em pouco tempo a atuação de Marlière junto às tribos indígenas da vasta região da Zona da Mata, incluindo as atuais cidades de Visconde do Rio Branco, Guiricema, Ubá, Rio Pomba, Cataguases e outras, alcançou repercussão nacional e internacional. Auguste Saint-Hilaire, no livro “Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais”, refere-se a Marlière mais de uma vez e, em certo trecho de sua obra, confirma que “nascido em França, o respeitável Marlière entrou para o serviço de Portugal; a princípio consagrou ele longos anos à civilização dos índios Puris; ocupou-se muito, em seguida, dos Botocudos do Rio Doce, e pôde ser contado entre os mais generosos defensores dos infortunados Índios”.

17. A partir da promoção ao posto de Capitão da 4ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Linha, Marlière foi cada vez mais se dedicando à difícil missão de “retirar da miséria material, moral e religiosa em que viviam” os aborígenes de várias tribos espalhadas pelas matas mineiras: os croatos, cropós, puris e botocudos.

“O contato com os puris não foi pacífico – informa Oiliam José – obrigando-o a enviar duas expedições punitivas de croatos contra os puris. Só em 1819 se estabeleceu a paz entre uns e outros e o desbravador conseguiu também aldear e civilizar os puris”.

A ação civilizadora de Marlière adquire extraordinária magnitude quando se constata o estágio político de primitivismo dos índios, extremamente acentuado. “Apenas conheciam alguns sinais de organização política, resquícios evidentes de um mundo social que desmoronou há séculos ou milênios, levando consigo tudo o que pudesse lembrar ordem e hierarquia.

“A noção de propriedade era forte nessas tribos, que tinham como seu o solo onde se erguiam suas malocas e onde caçavam aves e animais de

pequeno porte e colhiam frutos silvestres. Não conheciam a moeda ou elemento que a representassem: apenas trocavam os elementos colhidos ou produzidos. Em caso de homicídio contra um membro da tribo, todos deviam vingar o crime, mesmo que para isso fosse necessário guerrear (mavamanhang) a tribo do criminoso. Não havia assim entre eles a individualização da responsabilidade criminal, o que favorecia as vinditas coletivas, de largo emprego nas selvas e conseqüências fatais a todas as tribos.

“A poligamia era admitida como normal – prossegue o historiador mineiro. – Homens e mulheres se uniam sexualmente, levados quase que apenas pelo instinto. A mulher (cemhã) pertencia a quem a mantivesse dominada, o marido (imena). E a maior frieza presidia, por isso, as relações da sociedade doméstica: o amor (jeauçupaba) estava ausente. E é fácil concluir disso a que humilhações se submetiam as mulheres indígenas nessas tribos”.

“Os croatos e os puris, para Nelson Coelho de Senna, possuíam ascendência tupi, enquanto que era goitacá a base racial dos cropós. Os croatos teriam vindo de Goiás e passado pelo Triângulo Mineiro e territórios paulista e fluminense”.

18. Marlière entrou em contato com os ferozes botocudos da bacia do Rio Doce em 1819, quando ali chegou na qualidade de Inspetor da 1^a, 2^a, 3^a e 4^a Divisões. Habitavam nas matas de um e outro lado do Rio Doce e afluentes, desde o Espírito Santo até o sertão mineiro do início do século 19.

Os portugueses os denominavam “botocudos”, segundo Marlière, porque ornavam os beiços e as orelhas com globos ou rodela chamados “botoques”, enfeites feitos de pedras de cores, ossos ou seixos. O grupo dos botocudos, segundo a classificação de von Martius, descende do bloco gês, e sua língua não parecia ter ligação com o tupi-guarani. Mostravam-se ágeis em terra, mas não sabiam nadar, motivo pelo qual o Rio Doce lhes era quase intransponível. Depois de civilizados aplicavam-se com empenho na agricultura, mostrando-se bons soldados, quando incluídos nas Divisões comandadas por Marlière.

“Comete-se injustiça – informa Oiliam José – quando se louva o trabalho de Marlière como se a ele unicamente se devesse a civilização das tribos dos croatos, cropós, puris e botocudos. Marlière foi, por mais de um decênio, a primeira figura no esforço civilizador oficial. Mas é também inegável que altamente valiosa foi no mesmo sentido a obra do Padre Manoel de Jesus Maria, do Padre Francisco da Silva Campos, do Padre José Pereira Lidoro e outros”.

“Dispondo-se a trabalhar distante dos civilizados, Marlière, sem o saber, se preparava para dar cumprimento a sua missão civilizadora, que abriu ao branco vastas regiões de Minas Gerais. Assim, enquanto outros militares teimavam em ficar em Vila Rica, vegetando nos quartéis, nos botequins ou

nas casas suspeitas, Marlière viria correr nas matas os riscos de ser assassinado, de ser ferido pelas flechas ou de ser inutilizado pelas febres que endemicamente grassavam nas selvas.

“O plano de Marlière não foi traçado à distância do indígena, nem constou de documentos expressos. Foi sendo delineado aos poucos, à medida que seu dirigente entrava em contato com os indígenas e lhes sentia as qualidades e os defeitos, as tendências e as necessidades.

“Quatro pontos fundamentais balizaram o trabalho civilizador marlieriano: amor ao indígena, fixação nos aldeamentos, serviço agrícola e catequese. Para possibilitar aos indígenas o trabalho agrícola, Marlière procurava com empenho obter das forjas de Itabira ou dos comerciantes no ramo o maior número possível de machados, enxadas e foices e distribuir esses utensílios entre as tribos. Como complemento, ainda fornecia a seus assistidos facas e facões com que pudessem devassar o mato, cortar cipó ou descascar frutas. As culturas mais estimuladas por ele eram as do milho, do arroz, do feijão, da mandioca, da cana de açúcar, da banana e da abóbora, porque todos esses elementos integravam a alimentação do indígena e nada era mais recompensador que ver, meses depois, o resultado de seu trabalho”.

19. “A conquista e a civilização dos ferozes botocudos foi, sem dúvida a maior obra de Marlière como civilizador, não pela quantidade e agressividade desses indígenas, como também pela complexa organização militar e administrativa que se devia manter nas matas do Rio Doce.

“Em sua permanência de anos à margem do Rio Doce, Marlière foi pródigo em colocar canoas à disposição das aldeias de botocudos. Os resultados foram os melhores possíveis e possibilitaram não só a travessia de novas tribos para o meio dos brancos como também beneficiaram a navegação do Rio, uma vez que a presença dos canoeiros botocudos era meio de defesa para os demais passageiros. Marlière trabalhou com amor, afínco e esclarecimento em favor do indígena. E fê-lo por ideal, numa época em que o interesse material chegava a asfixiar até as consciências de autoridades que mais deviam colaborar com a conquista do indígena. Essa é a verdade que honra a memória de quem, sendo francês, contribuiu para o progresso de Minas mais que milhares de mineiros”.

19. Marlière, atuando como Diretor-Geral dos Índios, percebeu rapidamente que “sem estradas de intercomunicação entre os povoados, quartéis, colônias e aldeamentos, que ele fundou em diversas regiões de Minas, e sem vias de acesso desses centros para o litoral, onde existiam os grandes núcleos da população do país, impossível se tornava a sua grande obra de povoamento, de catequese e de civilização”.

“Ele voltou, pois, as suas vistas inteligentes – acentua Afonso Arinos de Mello Franco – para os rios de nosso interior e, quando conseguiu

arrefecer a ardidez batalhadora das tribos rivais, que habitavam as selvas do Rio Doce, a sua preocupação foi criar, manter e garantir a navegação do mencionado rio, que, através da Província do Espírito Santo, põe a de Minas Gerais em comunicação com o Oceano e serve de traço natural de união entre vastas regiões do território, sobre que se exercia a ação do Diretor dos Índios e Comandante das Divisões”.

A solução encontrada por Marlière para realizar a navegação do Rio Doce foi criar uma flotilha de canoas que desciam pelo rio Piracicaba até o Rio Doce e por este até o oceano.

“A primeira grande experiência feita por Marlière para a subida das canoas desde a foz do Rio Doce até o arraial de Antônio Dias Abaixo, à margem esquerda do Piracicaba, nas proximidades de Itabira do Mato Dentro, merece ser assinalada por sua relação com o grande surto de prosperidade que, naquele tempo, teve a indústria metalúrgica em Minas Gerais.

“Em execução de um despacho do Presidente da Província, Visconde de Caeté, datado de 13 de março de 1827, Marlière recebeu ordem de auxiliar, pelas Divisões de seu comando, a entrada pela barra do Rio Doce de umas máquinas que, “pelo seu peso, não se tinha outro meio de introduzirem-se em Minas”.

“Essas máquinas saíram do porto do Rio de Janeiro a 18 de setembro seguinte em uma sumaca comboiada por duas pequenas embarcações de guerra, o que demonstra a importância que o governo dava ao seu transporte e, portanto, à comissão confiada a Marlière de as tomar na foz do Rio Doce e conduzi-las por ele acima de seu afluente Piracicaba, até o arraial de Antônio Dias Abaixo.

“As máquinas pertenciam ao Capitão Felix de Monlevade, fundador da antiga e grande fábrica de ferro, montada na fazenda que ainda hoje tem o seu nome, situada entre os atuais municípios de Santa Bárbara e São Domingos do Prata. Pesavam elas 475 arrobas e vinham acompanhadas de um francês – ~~Lauren~~ Achilles Le Noir – que, provavelmente, era o mecânico, incumbido de assentá-las na grande fábrica a que se destinavam”.

Marlière reuniu numerosas canoas e os melhores canoeiros disponíveis, abrindo à margem das cachoeiras intransponíveis, largas estradas para o trânsito das carretas de quatro rodas, afim de facilitar-se a carga das embarcações. As máquinas chegaram a seu destino, e Minas inaugurou uma fase importantíssima de sua hoje poderosa indústria siderúrgica., permitindo a navegação de grande parte do Rio Doce e o florescimento de grandes cidades como Ipatinga, Timóteo e Governador Valadares.

20. Outras grandes obras de comunicação viária surgiram do arrojo e competência de Marlière, como a estrada que “partindo do Presídio, hoje cidade de Visconde do Rio Branco, terminava nos Campos dos Goitacazes, hoje cidade de Campos”.

21. Outras admiráveis medidas propostas por Marlière foram a criação de escolas de primeiras letras para a mocidade índia e portuguesa; a construção de casas para escola e de uma enfermaria em que “fossem tratados os índios enfermos”.

“Fiel sempre ao seu princípio de que a abertura de caminhos por terras ocupadas pelos índios é um poderoso meio de os civilizar por via do comércio e freqüentação”, Marlière criou vias de acesso que até hoje interligam numerosas cidades do vale do Rio Doce e Jequitinhonha.

“A 5 de agosto de 1825, o Ministro Estevam Ribeiro de Rezende oficiava ao Presidente de Minas, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos – mandando louvar a Marlière, em nome do Imperador, por ter concluído a estrada de comunicação entre o arraial de Antônio Dias Abaixo e o Rio de Santo Antônio.

“Para que se tenha uma idéia pálida da atividade de Marlière na construção das estradas com que dotou a Província basta referir que, só na de Campos e apenas durante a seca de 1827, “foi necessário construir vinte e uma pontes, entre pequenas e grandes, nos ribeiros e valos que cortam a estrada, todas sólidas e de madeiras incorruptíveis, quais a braúna, sobragi e sapucaias”.

“Com toda a atribulação de uma vida de tão intensa atividade, Marlière procurava estimular o progresso das diversas regiões ligadas por essas estradas, podendo-se afirmar que raras medidas de utilidade teriam escapado ao seu gênio criador. Ele foi um dos iniciadores da cultura do café em Minas, pois em 1825 já o fazia plantar no sítio do Galo, entre as confluências do Piracicaba e Santo Antônio, no Rio Doce; descobriu e remeteu ao governo para ser examinado pelo mineralógico André Augustin, um “semi-metal”, que se verificou ser ouro, prata e zinco”.

22. “Durante os largos anos que Marlière passou no sertão do Rio Doce, foi um constante defensor da integridade do domínio territorial de Minas Gerais – informa Afrânio do Mello Franco – na fronteira com a vizinha Província do Espírito Santo.

“Pelos seus extraordinários serviços, Marlière se tinha imposto à absoluta confiança do Imperador, que se aproveitava de todos os ensejos para manifestar publicamente o seu contentamento pela ação enérgica e fecunda do benemérito civilizador, cuja atividade proteiforme tinha por constante preocupação o progresso e a segurança da Província, que ele amou como se fora sua pátria de nascimento.

“Para todas as comissões de importância e responsabilidade era lembrado logo o nome de Marlière. Assim, por exemplo, a Portaria de 22 de julho de 1824, dirigida pelo Ministro João Severiano Maciel da Costa, em nome do Imperador, ao Presidente da Província de Minas Gerais, recomendava fosse comissionado o Tenente-Coronel Comandante das

Divisões e Diretor Geral dos Índios para auxiliar os habitantes da Comarca do Sertão de Pernambuco contra os rebeldes daquela Província e defender as fronteiras da de Minas Gerais, se esta fosse então atacada pela parte de Leste”.

23. Outra admirável ação humanitária de Marlière foram seus persistentes esforços pela extinção da escravidão. Chegou até a propor a criação do cargo de “Protetor de Escravos em cada comarca, escolhido entre os cidadãos dotados de filantropia e que tenham representação por suas virtudes, postos e riquezas”.

O plano de abolição, que Marlière organizou em 1825, previa a proibição da entrada de escravos, importados da África. “Foi ele também o preconizador da legislação que vedou às ordens religiosas o domínio de escravos, aspiração que só 45 anos depois veio concretizar-se na realidade de uma lei – a de 28 de junho de 1870, pela qual se dispôs que os prédios rústicos e urbanos, terrenos e escravos, que as ordens religiosas possuíssem, seriam convertidos no prazo de dez anos em apólices intransferíveis da dívida pública interna”.

24. “Antecipando de mais de meio século o movimento colonizador, Marlière pregou, três anos depois da independência nacional, as vantagens da imigração estrangeira e a necessidade da substituição do braço escravo pelo do colono livre e pelo do índio civilizado.

“Consoante a afirmação de Joaquim Nabuco, foi durante o Ministério de 12 de maio de 1865 que “surge pela primeira vez nas altas regiões a idéia da emancipação dos escravos. O plano de Marlière antecedia de 40 anos os primeiros projetos dos grandes estadistas do Império e, posto em confronto com este, os excedia a todos, por ser mais completo, mais harmônico, mais liberal e até mais brasileiro”.

24. A vida privada de Marlière era praticamente desconhecida. “Isto porque, escreve Oíliam José – vários episódios de sua vida pública tiveram suas raízes nas lutas, desilusões e consolos que experimentou no lar formado com D. Maria Victória, criatura admirável que soube sofrer cristãmente para que ao marido jamais faltasse, sendo possível, a tão ambicionada felicidade.

“Era no recesso do lar que podia manejar sua cara língua francesa. Era ali que alguém, essa nobre D. Maria Victória, o assistia em todos os momentos, fossem eles de júbilo ou de dor, de triunfo ou de derrota, e cujos méritos honrara nos seguintes termos, no dia seguinte ao de sua famosa prisão, em Vila Rica, em 1811: “a mulher mais digna de ser amada; sensível e animosa”.

“O maior drama íntimo vivido por esse lar – acrescenta Oíliam José – nasceu da esterilidade involuntária dessa esposa. Não deu ela filho ao

desbravador e ele, abatido sob o peso de preconceitos da época, gerou aquele que seria o Cadete Leopoldo Guido Marlière, nascido no Presídio, pouco antes de sua mudança para o Quartel de Guidowald, na Serra da Onça, em 1º de agosto de 1816.

Maria Victória, no entanto, soube aceitar o desvio do marido e admitiu a legitimação de Leopoldo, a presença dele em seu lar e, com carinho, contribuiu para sua educação e, mais tarde, para a formação dos netos de Marlière.

Além dos altos cargos que exerceu no Exército e na Direção Geral dos Índios, “Marlière – como informa Afrânio do Mello Franco – foi condecorado com o Hábito de Cristo e, em 1824, com a mercê de Cavaleiro de São Luiz, que lhe fez o rei Luiz XVIII, como se vê de um ofício ao Conde de Gestas, cônsul geral de França na Côrte do Brasil, além de louvado dezenas de vezes pelo Imperador pelo seu zelo, atividade, diligência, patriotismo e humanidade no desempenho de todas as comissões”.

Apesar de todas as extraordinárias ações que executou em Minas e no Brasil, Marlière não foi atendido no pedido que encaminhou ao Governo Imperial, de receber o título de Barão do Rio Doce e a decoração de oficial da Ordem do Cruzeiro. Não foi, contudo, o indeferimento de sua justíssima pretensão que o obrigou a retirar-se do serviço público e do Exército, mas a negativa da Assembléia Legislativa do Império de aprovar uma lei de proteção aos índios, conforme o projeto que ele organizou e encaminhou por intermédio do Coronel João José Lopes Mendes Ribeiro, deputado pela Província de Minas Gerais, que em nada o ajudou em seu pedido. Pelo contrário, o deputado e coronel Mendes Ribeiro “destruiu insidiosamente o inteligente e liberal sistema de catequese adotado por Marlière e restabeleceu, aos poucos, os condenados processos de outrora, que se constituíam pela guerra de extermínio aos infortunados silvícolas”.

“O próprio Marlière explicou sua retirada das funções oficiais que exercia, dizendo que “se for abandonada pelo legislador a causa dos índios, será este o sinal de minha retirada”.

No dia 3 de novembro de 1829 Marlière foi destituído do comando das divisões e da “Civilização dos Índios, de que se achava incumbido”.

“Finalmente – registra Afrânio do Mello Franco – a 20 de novembro de 1826 enviava-se, por um sargento, ordem ao heróico veterano da catequese e primeiro comandante geral das Divisões Militares do Rio Doce, para que fizesse de tudo quanto estivesse em seu poder e fosse concernente aos seus serviços, até então a seu cargo”.

25. Foram profundamente contristadores ao últimos dias de Marlière, e é nos admiráveis livros de Oiliam José e Afrânio do Mello Franco que a História encontra os detalhes das terríveis injustiças que altas autoridades do Governo e do poder legislativo lhe fizeram.

Por ocasião de sua reforma e exoneração dos cargos de Comandante das Divisões Militares e Diretor Geral dos Índios, Marlière “se encontrava em seu Quartel de Guidowald, na antiga fazenda da Serra da Onça, que sempre foi o lugar de sua residência.

“O local era o centro de tribos de índios coroados, coropós e puris e estava próximo dos territórios ocupados pelos botocudos, ou aimorés.

“Ali morreram Marlière, sua mulher, Maria da Victória e o filho Leopoldo. Guido morreu no dia 5 ou 6 de junho de 1836, e foi enterrado defronte ao antigo quartel, onde residiu, em um alto de morro, em pé com duas garrafas de vinho e um pouco de pão, colocados junto ao corpo”.

Os que conheceram pessoalmente o grande pacificador deixaram preciosas informações sobre sua figura física, afirmando que “Marlière era homem de estatura elevada, corpo regular, olhos azuis, cabelo louro já branqueando, denotando a idade de 60 anos quando faleceu; nariz fino, grande, um pouco aquilino, o que se pode chamar nariz de fidalgo, pois dava certo ar de dignidade, mãos finas, dedos compridos, falar arrogante, porém tratável, extremamente caridoso com os viandantes, a quem dava bom agasalho, voz sonora e clara, acompanhada de gesto apropriado, mas parco, conversação persuasiva e cativante, e modos amáveis, serviçal e benévolo com os pobres”.

“Algum tempo antes de sua morte – escreveu Deoclécio Lopes Cattete – Marlière sentiu-se triste e, sendo interrogado por sua mulher sobre a causa de sua tristeza, nada quis dizer-lhe; mandou derrubar um mato existente em frente à sua casa de morada e preparou o terreno, removendo os tocos e limpando a superfície. Querendo sua mulher saber para que fazia aquele serviço, disse ser para fazer ali uma morada. Perguntando ela porque escolhera um lugar tão alto e sem água, respondeu que lá não precisaria de água, nem de coisa alguma”.

Alguns parentes de Guido quiseram transportar seus ossos para a França, no que não consentiu a viúva, “dizendo querer que os ossos ali ficassem para ser ela também sepultada junto a eles”.

Belo Horizonte, Dezembro de 2003 e Agosto de 2004

Geraldo Santos Pereira